

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Armando Parreira • Publicação bimestral • 150\$ • Nov./Dez. 94 • N.º

19

EDITORIAL

Decorria o ano de 1995...

Fruto de alterações legislativas os militares passaram a poder associar-se para defesa dos seus interesses sociais e profissionais. Em consequência, o diálogo estabeleceu-se e de imediato houve a análise conjunta ao projecto de alterações ao EMFAR. O profícuo diálogo estabelecido transformou o projecto numa proposta credível, momento que foi amplamente saudado.

A História poderia um dia, assim ou de forma parecida, falar do ano de 1995. Mas não o fará! Talvez fale do ano de 95 como um ano de magríssimos aumentos de vencimentos; de alterações ao EMFAR tal qual as conhecemos, ou seja, lesivas; da oportunidade perdida de efectivamente modernizar a disciplina e a justiça nas Forças Armadas; como o ano em que não foi ainda resolvido o problema dos escalões; em que foi alterado o método de escolha das chefias militares, etc., etc.. Talvez seja assim que conste na História!

Mas, se algo terá de figurar na História, então certamente que terá de aparecer que os Sargentos não baixaram os braços, prosseguiram a luta pela dignificação, pela materialização dos seus ideais, unidos e renovadamente pujantes. Ao manter uma linha de coerência e verticalidade, reforçando a ANS, a Classe de Sargentos soube enfrentar ventos e tempestades, perspectivando com confiança, e também com realismo, o seu Futuro. Isto terá, é nossa convicção, de aparecer na História.

As comemorações do 31 de Janeiro que se aproximam a passos largos, é mais um momento de trazermos ao convívio, à discussão dos problemas da classe, mais e mais sargentos.

Que cada sócio faça um sócio! É um lema e uma possibilidade real, bastando para isso que saibamos falar com o camarada ao lado.

É nesta transparência de processos, nesta frontalidade, mas com unidade, que a classe tem sabido atravessar gerações, mantendo vivos os seus ideais e os seus objectivos. Confiamos que assim continuará a ser.

A vida tem mostrado que a razão mais cedo do que tarde virá a impôr-se. É que «quem semeia ventos colhe tempestades». O nosso desejo é que quem os semeou os colha.

Decorria o ano de 1995.

EMFAR



Alterações motivam sérias preocupações

Análise e comentários nas págs. centrais

SARGENTOS DA ARMADA INAUGURAM NOVA SEDE SOCIAL

Págs. centrais



INJUSTIÇAS DO NSR MOBILIZAM SARGENTOS

Págs. 3 e 9

DIRECÇÃO DA ANS REUNIU COM NUCLEOS

Pág. 9



COMEMORAÇÕES DO 31 DE JANEIRO

As comemorações do Dia Nacional do Sargento em Lisboa serão a 28 de Janeiro, na Voz do Operário.

Pág. 9

Panorama NACIONAL

Museu do Ar

A Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira aprovou uma Moção contra qualquer

mudança do Museu do Ar, actualmente em Alverca. Esta posição surge dado existirem rumo-

res de que haverá intenção de transferir o Museu para a Base Aérea n.º 1 - Sintra.

Açores com Lajes e esta sem civis?

Passou em Novembro 50 anos que Portugal e os EUA assinaram o primeiro acordo que permitiu a instalação de uma base americana nos Açores. Na altura, a sua localização foi na ilha de Santa Maria.

Com as profundas alterações ocorridas a nível internacional e a diminuição da presença quantitativa dos EUA na Europa, o papel da base das Lajes diminuiu de importância, chegando

mesmo a haver quem adiantasse o seu encerramento.

Todavia, um relatório recente elaborado pelo Pentágono salienta como importante para os EUA garantir a utilização da mesma.

O processo de renegociação entre Portugal e os EUA arrasta-se.

Em dado momento terá havido consenso entre o Governo e a Administração americana, mas para o Congresso norte-

americano não fazia sentido Portugal receber participações financeiras.

Salienta-se a intenção do Governo de transformar o acordo em tratado, por forma a comprometer globalmente as instituições do poder americano.

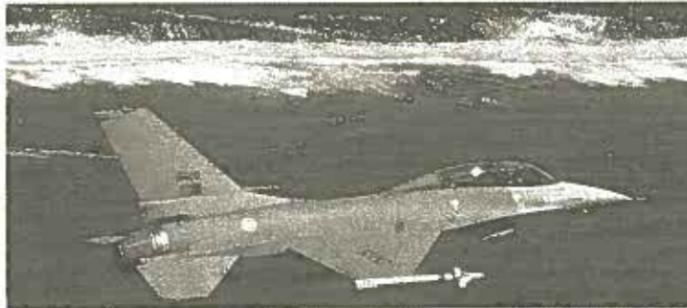
O citado relatório assinala que, a grande dificuldade para os dois países chegarem a entendimento, respeita aos trabalhadores civis portugueses.

F-16 faz tremer

A ultrapassagem da barreira do som pelos novos F-16 causou buliço entre a população de Leiria e alguns vidros partidos.

Normalmente, estas experiências realizam-se sobre o mar mas, devido às más condições atmosféricas, ocorreram sobre terra.

O F-16 faz tremer, mas esperamos que não faça tremer mais a população de Leiria.



MDN nos Fuzileiros

O MDN, na visita que efectuou aos Fuzileiros, no dia 18 de Novembro, tomou contacto com a degradação de meios com que os Fz's estão equipados.

Mais uma vez foi realçada a boa componente humana, mas nestas o equipamento também é determinante. Aliás, os Fz's há muitos anos ouvem elogios ao

sacrifício, etc., mas nada mais. Contas feitas a grosso modo, apontam para cerca de 2 milhões de contos a verba necessária para algum apetrechamento significativo, mas o MDN terá somente adiantado que irá disponibilizar 100 mil contos.

O MDN deu conta que existe o objectivo de os Fz's virem a

integrar a «Força Aeronaval do Mediterrâneo», mas lá para 1997.

A nós fica-nos a dúvida de como é que em 97 os Fz's poderão integrar tal força, com a penúria de equipamento que tem e que os 100 mil contos não vão resolver.

A ver vamos.

Deficientes promovem Parlamento Nacional



«Sabe qual é a diferença entre o IVA e a Eva? É simples: A Eva perseguia o Adão; o IVA persegue-nos a todos».

Daniel Amaral, «Visão», 10 Nov. 94

O presidente da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), ao intervir no Parlamento Nacional de Deficientes, convidou o ministro das Obras Públicas, Ferreira do Amaral, a «andar nos transportes públicos», e o ministro do Emprego e Segurança Social, Falcão e Cunha, para ir numa cadeira de rodas ou com uma bengala de cego, a um centro de emprego pedir trabalho.

Este Parlamento, que reuniu no dia 3 de Dezembro na Sala do Senado da Assembleia da República, promovido pela União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes (UCNOD), concluiu que em Portugal os direitos humanos dos deficientes continuam por adquirir.

Gralha

No último número de «O Sargento», na 1.ª página, em chamada de rodapé, lê-se «Fundo de pensões dos militantes», onde, em vez de «militantes», se deve ler militares, tal como se lê, correctamente, na página 8 do mesmo jornal.

Aos leitores as nossas desculpas por esta gralha.

O que é o sargento, hoje?

Sargento: «Homem rude e bruto que seguiu a carreira das armas» - Do Dicionário de Língua Portuguesa, de Francisco Torrinha.

A filosofia é uma área do pensamento humano que, amiúde, recorre a figuras metáforas apropriadas para nos expor os problemas em análise. Um dos clássicos é o exemplo da rosa. Diz-nos que «a rosa, quando de manhã abre as suas pétalas aos primeiros raios de sol, já o jardineiro anda nos seus afazeres de jardinagem. Ao cair da noite, quando o Sol se põe, o jardineiro ainda anda pelo jardim a arrumar as suas ferramentas». E, isto, passa-se ao longo de várias gerações de rosas, levando-as a concluir que elas, rosas, são mortais e que o jardineiro é imortal, vive no jardim.

Fala-se aqui da imutabilidade aparente das «coisas», quando são analisadas em períodos de tempo suficientemente curtos para o observador não detectar a sua dinâmica. Porém, a «coisa» sabe que é detentora de movimento.

Assim, é tempo de a nossa Associação Nacional de Sargentos tomar em mãos a tarefa de alertar a sociedade que o Sargento evoluiu e já não é hoje o que era ontem e amanhã não será o que é hoje. Evoluiu ao ritmo de variáveis como a da dinâmica das sociedades em que está inserido; da evolução tecnológica aplicada às armas implicando novas tarefas técnicas que lhe são atribuídas no lugar das antigas; dos novos conceitos estratégicos e táticos e nas suas implicações sobre a estrutura e missões das Forças Armadas.

Traz-se aqui um pequeno contributo para a discussão deste tema, fruto de pequena pesquisa histórica.

A palavra «sargento» deriva do latim *serviente*, degenerada depois, em Itália, para *serviens* e, mais tarde, para *sergente*. Na forma francesa, *sergent* significava qualquer servidor, tendo-se fixado no sentido militar. No século XIII, os mercenários montados eram chamados *sergent's d'armes* e nos torneios eram oficiais que ajudavam os dirigentes destes.

Supõe-se que esta palavra terá dado entrada em Portugal no século XV, através de Castela. Na organização militar portuguesa o Sargento ficou a ser um auxiliar do Capitão da companhia, encarregado sobretudo da administração. Devia conhecer o número e o armamento dos soldados, tratar do seu alojamento e alimentação e verificar o cumprimento das ordens que recebiam. Zelavam pelo bom comportamento dos soldados e evitavam conflitos e violências entre eles e sobre as populações onde estavam aquartelados. Rondava as guardas e indicava o lugar que deviam ocupar as esquadras, tanto em marcha como em combate, procurando equilibrar o número das diferentes armas. Não tinham outras tarefas táticas, porque os cabos-de-esquadra estavam sob as ordens directas do capitão.

Na falta do capitão, o comando, desde o século XVI, era entregue ao alferes. Na época, este, em combate, entregava a bandeira ao abandeirado. As bandeiras ficavam reunidas no centro do esquadrão e os alferes reuniam-se para construir a segunda fileira deste, porque tanto eles como os sargentos eram soldados beneméritos. Os sargentos não tinham lugar fixado no batalhão e a sua insignia era uma alabarda, que lhes servia para rectificar os alinhamentos. Posteriormente, em cada companhia passou a haver dois sargentos, o *sargento de número* e o *sargento de supra*.

E hoje? Quando os exércitos já não andam a pé a cavalo, em que as esquadras de homens a pé foram substituídas por formações de tanques, de navios e aviões, em que se pode iniciar e terminar uma guerra sem qualquer contacto físico entre os beligerantes? Hoje, no tempo do holocausto nuclear, atómico ou de neutrões (tanto faz!), no tempo da «guerra das estrelas», qual é o papel do Sargento? Como deve ser definida a sua função à luz do limiar do século XXI?

Continuam as definições dos dicionários e das enciclopédias a corresponder à realidade imposta pelas evoluções já enumeradas? Vejam algumas para exemplo:

- «Sargento; Na escala hierárquica, aquele que se situa entre as praças e os oficiais» (da Lexicoteca do Círculo de Leitores, Moderno Dicionário da Língua Portuguesa);

- «Praça graduada de qualquer corporação militar, que na escala hierárquica se situa entre o cabo e o subtenente ou suboficial (Dicionário enciclopédico, Kogam Larousse, Selecções, vol. 1, léxico comum);

- e, a célebre definição que encima este escrito e que, no fundo, continua a ilustrar a nossa imagem perante a sociedade.

É importante modificar esta imagem, dar a conhecer à sociedade aquilo que somos hoje!

Da pequena pesquisa feita para elaborar este escrito, soube-se de algumas curiosidades interessantes, das quais, para exemplo, se realçam duas.

O Sargento-Mor é um posto que já apareceu e desapareceu várias vezes ao longo da história das nossas FFAA. Surgiu também como oficial de infantaria, como técnico de formação e ainda em funções de artilheiro, onde era encarregado da direcção de tiro. Foi Carlos V que deu maior categoria aos sargentos-mor, fazendo-os imediatos dos mestres-de-campo, os quais não necessitavam de ter grandes conhecimentos militares porque a sua acção era a de arrastar com o seu exemplo os soldados no combate e mantê-los nas posições sem fugirem. Nas tropas auxiliares e de ordenanças, o Sargento-Mor proveniente das tropas pagas, em regra um soldado velho, calejado pelas batalhas, era o encarregado da instrução dos soldados. Era o Sargento-Mor que recebia as ordens do comando e distribuía o santo e senha. Para melhor desempenho das suas funções, os sargentos-mor dos terços eram montados e tinham um ou dois ajudantes.

Outro posto que existiu foi o de Sargento-Mor de Batalha. Ocupa cargo de estado-maior e foi copiado dos exércitos do Império Espanhol, em 1660. A fim de terem maior autoridade que os tenentes de mestre-de-campo-general, até então únicos auxiliares e encarregados de transmissão das ordens de mestre-de-campo-general, o Sargento-Mor de Batalha passou rapidamente a ser um posto, o menos elevado dos generais. Manteve-se na organização militar de 1707 e na de 1762, tomando a designação francesa de Marechal-de-Campo. As suas funções, que consistiam primitivamente em fazer tomar às fracções do exército a ordem de combate, passaram a ser as de comandante de brigada ou grupo de brigadas, acabando por ser, mais tarde, Brigadeiro.

Ficam para outra oportunidade algumas palavras sobre o Sargento-de-Mar-e-Guerra.

Álvoro Martins

SARGENTO

Propriedade: Associação Nacional de Sargentos
 Administração e Redacção: Rua Barão de Sabrosa,
 91 - 1.ª Esq. 1900 Lisboa - Telef.: 815 49 66 - Fax: 815 49 58
 Apoio redactorial, Grafismo, Composição
 e Produção: In-Media, Lda
 Paginação, Fotolito e Impressão: Heska Portuguesa, SA
 Tiragem: 3500 ex.
 Depósito Legal: 48582/91
 Registo na DGCS: 115109

Tardamente, mas mais vale tarde do que nunca

Governo reconhece injustiças no NSR

O Novo Sistema Retributivo (NSR) para as Forças Armadas foi promulgado pelo DL 57/90, de 24 de Fevereiro, com aplicação a partir de 1 de Outubro de 1989. Ainda antes da sua promulgação, a ANS elaborou um estudo sobre a sua incidência, aprovado por cerca de 3000 sargentos, aquando das comemorações do 31 de Janeiro de 1990.

Nesse estudo, enviado a todos os órgãos de soberania e por lealdade às chefias militares, a ANS alertava para as anomalias, discrepâncias e injustiças provocadas pela aplicação desse documento legislativo.

Como resposta ao estudo enviado, foram os dirigentes da ANS

nia, nomeadamente, Sua Ex.^a o Presidente da República, os Grupos Parlamentares do PCP e do PEV e outros deputados independentes, as Chefias Militares, a Procuradoria Geral da República e o Provedor de Justiça sempre reconheceram razão aos sargentos nesta matéria.

No entanto, contra tudo e contra todos, o Governo mantinha-se impávido e sereno reafirmando, sempre, que os sargentos não tinham razão.

Porquê, então, tanta teimosia? Estava o Governo convicto do que defendia e afirmava? Para nós é claro que não.

Pensou o Governo, erradamente, que fazendo ouvidos de mercador, os sargentos se acomodariam

nhamento, serenidade, disciplina, usando de todas as formas possíveis e eticamente irrepreensíveis.

Nos últimos meses, as esposas dos sargentos escreveram aos srs. Primeiro Ministro e ministro da Defesa Nacional expondo a gravidade da situação em que se encontravam os seus maridos face ao NSR.

Em várias unidades da Armada, os sargentos pediram audiências aos seus comandantes. Foi, ainda, pedida uma audiência ao CEMA, a qual foi concedida.

A 18 de Novembro, aquando da visita do ministro da Defesa à Escola de Fuzileiros, uma comissão de sargentos colocou-lhe, na presença do staff de apoio e das chefias da Armada com a crueza da realidade, a situação em que se encontram centenas de sargentos da Armada face às injustiças praticadas.

Só agora, passados quase cinco longos anos, o Governo reconhece os seus erros. Já não afirma peremptório que os sargentos não têm razão, passando a afirmar que *«...reconhece-se a existência de anomalias de natureza jurídica de difícil correcção (...) contudo, as razões invocadas (...) justificam uma mais profunda análise das situações chocantes. Em consequência, a DGP em estreita colaboração com a Marinha e com o apoio da SG/NAPOF, deve proceder com a maior urgência à clarificação das situações descritas e propor as medidas legislativas e de gestão, que considere adequadas à solução das alegadas injustiças ou à minimização das distorções detectadas»*.

Quanto se teria poupado, quantas energias e motivações se teriam ganho se tivesse, desde o início (cinco anos atrás) sido esta a posição governamental?

E bom, no entanto, que tenhamos a consciência que o problema não está resolvido, é importante que não descancemos pelo facto do virar da agulha. Urge encontrar soluções e caminhos para a resolução dos problemas. Por isso, não podemos desamar.

Não podemos aceitar que, pela dificuldade económica da resolução, as injustiças não sejam totalmente reparadas.

Se assim acontecesse viveríamos no absurdo. A aceitar tal razão como legítima tornaria então legítimo, a qualquer um, não pagar as suas obrigações desde que alegasse não o poder fazer por razões económicas.

Vamos continuar atentos, mas empenhados.

Esposas de sargentos escrevem ao MDN

Esposas de sargentos, a propósito das *«distorções e inversões surgidas em consequência da transição para o Novo Sistema Retributivo dos militares»* escreveram ao MDN expondo a situação em que seus maridos e, indirectamente, os seus agregados familiares, vivem face às situações criadas.

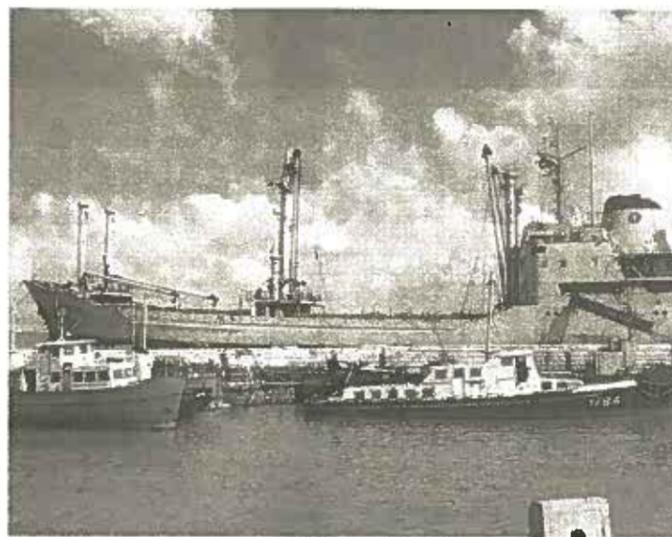
Resolveram recorrer ao MDN *«em consequência do impasse e silêncio a que foi remetida a situação»* dos seus maridos.

Na exposição são exemplificados casos de injustiça decorrentes da aplicação do NSR, bem como citadas violações a precei-

tos e normas legais, afirmando que esta *«situação não só é injusta como escandalosa e não abona em nada em favor do Governo»*.

Por último, perguntavam se *«o meu marido e outros militares na mesma situação não têm a mesma dignidade que Vossa Excelência ou são seres humanos de segunda?»*.

A redacção de *«o Sargento»* chegou a notícia que o ministro respondeu que estava sensível ao problema e que tinha mandatado a Direcção Geral do Pessoal do MDN para encontrar as soluções adequadas.



O caso S. Miguel

O afundamento e o incidente ocorrido com o Navio S. Miguel necessita que se procure, não a «cacha» jornalística, mas uma visão séria e objectiva. Ao referirmos a «cacha» jornalística não está implícita qualquer crítica aos órgãos de Comunicação Social que troxeram o caso à tona d'água. A Comunicação Social cumpriu o seu papel.

A opção pelo afundamento do navio - que se encontrava abatido ao activo da Armada - servindo de contentor para a eliminação de explosivos inoperacionais, foi uma opção, entre outras possíveis, do Governo.

Para o efeito, tanto quanto se sabe, o Governo tratou junto das instâncias que superintendem na matéria, cumprindo assim os percursos estabelecidos. Impõe-se, sem hesitação, salientar positivamente este facto, ao mesmo tempo que temos de lamentar que não tivesse sido seguido o mesmo critério junto das instituições e organizações nacionais. Este dado não contribuiu para um quadro transparente que, por força do sucedido, veio a tornar-se mais opaco, dando azo a toda uma panóplia de questões que poderiam ter sido evitadas.

Resolvidos os problemas técnico-políticos, digamos assim, colocam-se os problemas estritamente técnicos a que devem obedecer este tipo de missões - acondicionamento das munições, etc..

Ora, sabe-se que o navio adornou e houve um (ou mais) rebentamento. Conhecido que foi o sucedido, as interrogações para a generalidade dos cidadãos multiplicam-se: Como foi possível? Foi só um rebentamento ou foi mais grave e estão a encobrir? Levaria o navio somente o que é dito ou transportaria também matérias altamente tóxicas? Aquilo ao afundar-se deve ter explodido tudo!?

Neste quadro impunha-se de imediato um esclarecimento, ainda que inicial, sobre o sucedido, por parte do Governo. Mas a que é que a opinião pública assistiu? Assistiu a uma explicação dada pela Marinha que adensou as preocupações e as desconfianças existentes. Na verdade, dizer que era previsível a ocorrência de explosão num navio carregado de 2.200 toneladas de explosivos, para mais havendo por perto outros navios que, caso tal sucedesse, seriam inevitável e irreparavelmente atingidos, não é nada tranquilizador. É certo que foi dito que tal rebentamento, a ocorrer, estava controlado, mas é

óbvio que quem ouve este tipo de afirmação não a entende.

A questão é que a operação era uma operação envolvendo múltiplos riscos. A questão é que, por mais cuidados que se metam neste tipo de operações, ninguém pode garantir que não ocorra aquilo que se quer evitar. A questão é que, quando se decide por este tipo de operação, está inerente a essa decisão a possibilidade de ocorrer o que ocorreu. É assim em Portugal ou em qualquer outra parte do mundo onde sejam levadas a efeito operações deste tipo.

Daí todo o conjunto de requisitos que é necessário adoptar, como seja a escolha do local, etc., e que são determinados por entidades internacionais competentes. Por outro lado, existe um conjunto de informações/explicações de carácter científico que teria valido a pena, e de imediato, prestar, como sejam as ligadas às leis da Física quanto a equilíbrios de pressão (porque não tem de explodir tudo a 4 mil metros), etc..

Portanto, em vez de se encarar o problema com clareza, enveredou-se pelo contorcionismo. Foi mau! A Marinha saiu com a sua imagem fortemente afectada. E faz sentido perguntar: Porque fez a Marinha aquilo que o Governo não fez? Há razões que a razão desconhece.

Em síntese:

- Foram cumpridas as formalidades legais em vigor para este tipo de situações.

- Foi lamentável que o Governo tivesse escondido das instituições e organizações nacionais a listagem dos materiais a afundar.

- As explicações públicas prestadas pela Marinha aumentaram as interrogações e desconfiança sobre o ocorrido.

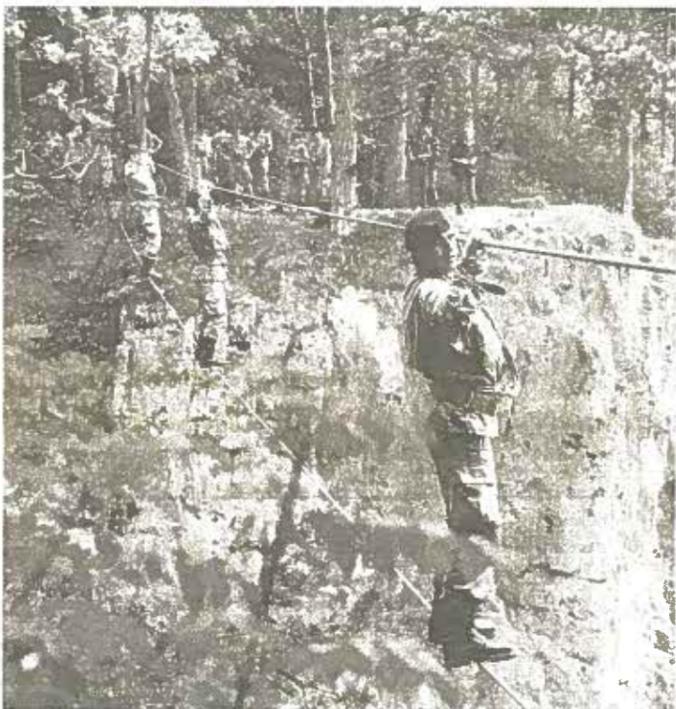
- Este tipo de missão contém múltiplos riscos que há que assumir com clareza.

- Foi lamentável o secretismo sobre o ocorrido, contribuindo para o adensar das desconfianças e preocupações.

- Cabia ao Governo prestar todos os esclarecimentos e explicações, coisa que fez muito depois do assunto «explodir» na opinião pública.

- A imagem e prestígio da Marinha e dos seus militares saiu lesada.

- É justo salientar o risco que correram todos os militares que participaram na operação, risco esse inerente ao facto de serem militares, mas militares esses que sobre tantos aspectos são tratados como cidadãos de terceira.



punidos disciplinarmente pelas chefias militares, acusados de estarem a tomar atitudes de cariz sindical. O Governo, defendendo a sua «dama», afirmava publicamente: *«Os sargentos não têm razão, o NSR é o sistema retributivo mais justo que alguma vez os militares tiveram»*.

Os sargentos não se conformaram nem se amedrontaram com tais respostas e, cientes das suas razões, enviaram às chefias militares mais de 1500 exposições, ficaram por três vezes nas suas unidades até ao por do sol, fizeram chegar a todos os órgãos de soberania, Procuradoria Geral da República e Provedoria de Justiça a denúncia das injustiças de que eram alvo, pela aplicação do NSR. Tais acções levaram a Assembleia da República a chamar o DL 57/90 à ratificação em 1991.

Em todas as situações o Governo, fazendo uso de uma enorme insensibilidade, dando mostra de um grande autismo, reafirmava: *«Os sargentos não têm razão»*. Durante o processo de ratificação pela Assembleia da República, a maioria parlamentar do PSD declarava ser o DL 57/90 um documento inalterável, pelas mesmas razões invocadas pelo Governo.

É de realçar, e de toda a justiça relembrar, que das diligências feitas, os outros órgãos de soberania,

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As incidências na área da Defesa

As Grandes Opções do Plano para 1995 são, no fundo, as opções ou as balizas políticas que os Governos estabelecem para cada ano, e estas são acompanhadas de dotações financeiras, isto é, o Orçamento de Estado.

Em matéria de Defesa e no plano interno as opções são as seguintes:

- Ajustamento das estruturas decorrentes do novo enquadramento legislativo e conceptual do Ministério da Defesa Nacional e Forças Armadas, nomeadamente na área das indústrias de defesa logística de apoio à componente militar de defesa;

- Harmonização do desenvolvimento das vertentes estrutural, logística e operacional das Forças Armadas para assegurar que a modernização em curso na componente militar seja feita de forma sustentada e gradual para se obviarem, no futuro, novas distorções organizacionais, tendo em vista:

- Potenciar a acção conjunta dos 3 ramos, através de uma estrutura de comando e controlo mais integrada que permita a acção conjunta dos sistemas de forças e uma resposta mais eficaz às exigências das novas missões, inseridas no apoio à política externa de Portugal.

- Incrementar a integração adequada dos sistemas logísticos, de ensino, de instrução e saúde militar.

- Prosseguir a concretização dos principais programas cons-

tantes da 2.ª Lei de Prognóstico Militar.

Relativamente ao plano externo:

- Acompanhamento e participação na implementação da nova doutrina político-estratégica da NATO (...).

- Acompanhamento e participação na definição e elaboração da

doutrina político-estratégica da UEO, no quadro da constituição do pilar europeu da NATO (...).

- Programação, nos termos do novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional, de eventual participação em acções de paz, sob a égide da ONU.

Consta ainda das Grandes Opções a cooperação com os

países africanos de expressão portuguesa e com o Brasil.

Do exposto poder-se-ia concluir que o Governo destina somente o ano de 1995 a ser, nesta matéria, um ano de gestão e consolidação das medidas entretanto tomadas. Mas esta seria uma leitura demasiado simplista.

Quem não ande muito distraído e não se limite a «beber» as notícias oriundas do MDN, sabe que as opções que têm sido tomadas têm vindo a causar inúmeros problemas. Problemas estes que incidem noutros aspectos, numa verdadeira reacção em cadeia, cujo desfazer dos nós torna-se cada dia que passa mais difícil de conseguir.

Neste quadro, uma e impressionante opção que deveria ser tomada, respeita à necessidade de diálogo. E obviamente que tal não deveria constar do documento em apreço, mas antes da prática política de quem tem de o implementar.

Não resistimos ainda à tentação de assinalar o facto de, no início do texto das **Grandes Opções**, estar escrito o seguinte: «(...) Enquadramento legislativo e conceptual do **Ministério da Defesa Nacional e Forças Armadas...**» (o sublinhado é nosso). Pode haver quem considere isto somente um pormenor. Pode até ser somente uma gralha. O facto é que consta assim e na verdade não é o mesmo dizer-se «MDN e FA's» ou «MDN e das FA's».

Na verdade, o que tem vindo a suceder é que, em vez do conceito «MDN e das FA's», tem vindo a ser implementado o conceito «MDN e FA's». O que para nós não é coisa de somenos, mas antes uma alteração qualitativa.

Ou não é ?



Segurança Social Que futuro ?

Notícias vindas a público, dão conta da intenção governamental de pretender apertar o cinto às despesas da Segurança Social, da ordem dos 1,5 mil milhões de contos.

Em estudo estarão uma série de medidas visando a limitação das responsabilidades do Estado nesta matéria. Uma das medidas faladas, respeita à definição de locais para o pagamento de pensões de reforma. A intensão do conjunto de medidas é forçar à criação de esquemas complementares de reforma. É que o défice da Segurança Social ascendeu a 336 milhões de contos em 1994.

No quadro dos estudos que estão a ser feitos, o financiamento da Segurança Social vai deixar de depender exclusivamente do factor trabalho e a articular-se cada vez mais com impostos indirectos, como o IVA e as Ecotaxas.

Actualmente, o sistema de Segurança Social assenta em três regimes: O **regime geral**, que é o das pessoas que auferem pensões e têm um passado contributivo, o dos **agricultores** e o **não contributivo**.

A Lei de Bases da Segurança Social diz que estes dois regimes

devem ser suportados pelo Orçamento de Estado e não pelas receitas da Segurança Social. Acontece que estas transferências de verba não se têm efectivado, gerando um complexíssimo problema.

Cada vez há mais pensionistas e desempregados (afinal, o que gerou a lei 15/92?) e cada vez há menos trabalhadores activos, logo menos contribuições para a Segurança Social.

A vizinha Espanha, com 40 milhões de habitantes, tem 12,5 milhões de trabalhadores activos. Em cada 100 trabalhadores pagantes, cerca de 65 pessoas recebem algum tipo de pensão ou ajuda.

No ano 2030, no nosso país, segundo cálculos haverá cerca de 29% da população portuguesa com mais de 60 anos.

No quadro da União Europeia (UE), Portugal é o país que está mais longe dos níveis de despesa em pensões, em grande parte pelo facto de as nossas pensões terem um baixo valor. A pensão média em Portugal representa, de acordo com dados do Banco Mundial, aproximadamente 42% da renda *per capita* do país (a mais baixa da Europa, depois da grega). Em

geral, sete países da UE pagam aos seus pensionistas reformas médias superiores a 60% *per capita*.

Neste quadro, a tendência existente na União Europeia é atender às advertências do FMI, estimulando a propagação de planos de pensões privadas através de seguradoras, bancos, etc.. Mas, este caminho não é pacífico. Aliás, basta olhar ao sucedido entre nós quando do lançamento do Fundo de Pensões.

Pouca transparência, benefícios relativamente a outras entidades a operar no mercado e garantias quanto à gestão do Fundo, determinaram a situação.

Na verdade, uma das questões que preocupa a generalidade dos potenciais interessados neste tipo de plano de pensões, é a que se prende com o controlo dos fundos.

Estarão os Governos em condições de garantir que estes fundos cumprirão os seus objectivos? Há muitas dúvidas. Os recentes escândalos que envolveram a DAF (holandesa), Maxwell (Reino Unido), Metallgesellschaft (alemã) e Feruzzi (Itália) aí estão a provar que nem depois de reformado se pode tranquilamente gozar o resto da vida.

Novos cartões de sócio da ANS



Encontram-se prontos a distribuir pelos sócios da ANS os novos cartões de associado, cujas frente e verso se reproduzem nesta página.

Por cada cartão distribuído que se proponha um novo sócio para a ANS!

O reequipamento e o populismo

Em comentários e opiniões escritas em órgãos de comunicação social, tem-se vindo a assistir a críticas acutilantes à aquisição de material militar para as FA's. Nalguns casos a ânsia crítica é de tal ordem que misturam o processo (digamos assim) F16 com o processo M113 que, como se sabe (ou devia saber-se), de parecidos só têm o facto de terem vindo para Portugal.

O calor gerado pelas críticas é intenso. E nestas coisas não há que hesitar: Que cada um diga o que lhe vai na alma! Bom seria que muitos outros o dissessem, prova de que os problemas das FA's eram sentidos, vividos e participados por toda a Nação.

Dois traços unem os elos das críticas, a saber:

1.º - Não há nem se vislumbra um inimigo.

2.º - São muitos os milhões gastos e não adiantam nada para a defesa. Isto é, Portugal não está mais defendido por ter 3 MEKO ou 20 F16, ou num futuro 3 novos submarinos.

Para alguns (pouquíssimos) outras deveriam ser as opções. E outros até avançam a opinião de que fariam mais falta helicópteros, lanchas rápidas, aviões de patrulhamento marítimo, etc..

Para outros, fazendo Portugal parte da NATO, da UEO e da União Europeia, bastar-lhe-ia solicitar ajuda. Isto, claro, porque face às grandes potências militares Portugal não têm qualquer hipótese. Ou seja, não podendo Portugal ser uma grande potência, então o melhor é diplomaticamente diligenciar no sentido de estar defendido por uma asa protectora.

A par destes, há um outro grupo de opinião em que esta questão é ainda mais simples. Segundo eles, com o dinheiro gasto nisto construiriam-se x escolas, y hospitais, z infantários. Ok! A matemática é uma ciência exacta.

Chegados aqui, e já agora utilizando regras matemáticas, concluímos por dois conjuntos:

O conjunto A, que defende a existência de Forças Armadas Portuguesas, ainda que discorde com as opções de reequipamento.

O conjunto B, que por opção ideológica, estreiteza de vistas, populismo e tudo o mais que se queira, defende a extinção das Forças Armadas.

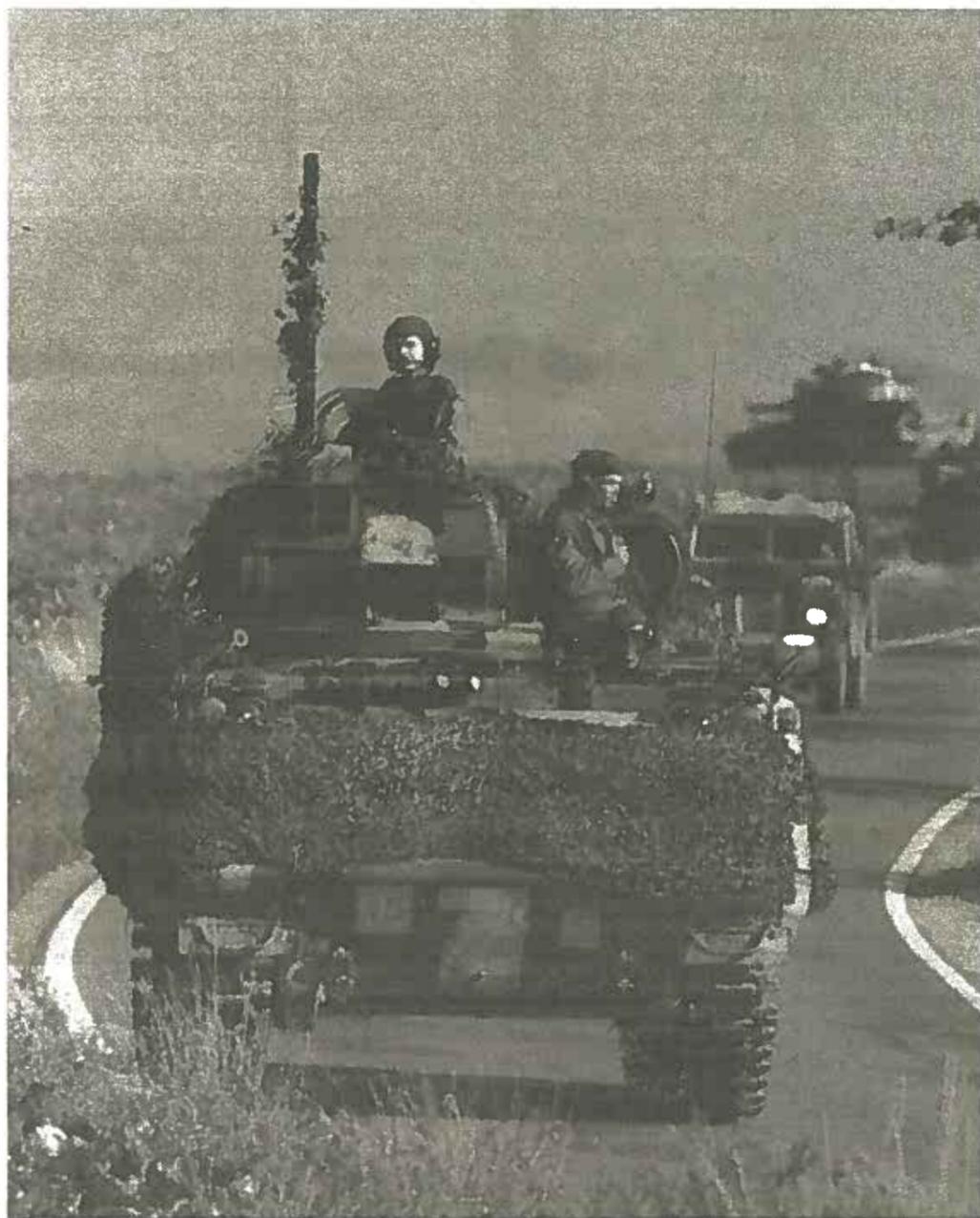
subtítulo: c. 12 cb FutNegCond

Opções políticas

Na verdade, os problemas do reequipamento são assunto sério. Não é só os milhões que se gastam, o que não é de sobremesa importância. É também o sentido, a opção política que está subjacente à compra deste ou daquele armamento. De facto, do ponto de vista político, não é a mesma coisa Portugal adquirir submarinos ou adquirir draga-minas, por exemplo. Os 1.ºs são uma arma de características ofensivas, os 2.ºs de características inversas.

Outro aspecto a ter em conta na aquisição de armamento, tem a ver com a base de partida, o objectivo a atingir e o percurso a percorrer para o atingir. Ora, é aqui que muitas das opções se tornam num verdadeiro inferno.

Vamos admitir, em teoria, que no caso dos F16 é boa a base de partida e que o objectivo é válido. Importa agora saber quais as condições existentes, quanto custa o caminho a percorrer para que o objectivo se cumpra e aqui falamos dos custos de manutenção. Quanto vai custar a operacionalidade dos F16? Quanto vai custar a operacio-



nalidade dos pilotos? Isto é, o treino, o número de horas de voo necessário para atingir os padrões operacionais? Isto fez parte dos cálculos?

O mesmo se poderia dizer em relação às MEKO. Hoje não há ninguém que não saiba que, para manter operacionais uma destas fragatas, os custos são tão elevados que estão a provocar complicações imensas.

Por isto, e não só, poderia ser aconselhado outro tipo de opções em reequipamento, que cumprisse o objectivo de modernização das FA's, com custos mais baixos de aquisição e manutenção e, até nalguns casos, de construção, no todo ou em parte, em Portugal, etc..

Mas tudo isto tem a ver com as opções políticas tomadas pelos governos e demais instituições ou órgãos chamados ao assunto. E a estas não é estranho o quadro de compromissos internacionalmente assumidos. Na verdade, quando ao nível da NATO é adoptado um determinado conceito de Forças, este pressupõe de cada país membro uma dada contribuição. É elementar.

Daí que não entendamos a posição de alguns que querem Portugal nas estruturas internacionais, mas

não querem os encargos daí decorrentes. Sim, na verdade, não os vimos até hoje dizer que Portugal deve sair da NATO e recusar o potenciamento da UEO! Ou pensam que Portugal pode lá estar e optar por fazer somente o que lhe interessa, cumprir somente aquilo que lhe convém? É certo e sabido que não é isso que pensam, mas falam como se assim fosse. É fácil. É bonito. E dá uma certa popularidade!

Quanto à questão do IN (inimigo) ou ameaças, existe um consenso quanto ao facto de não se assinalar ou vislumbrar, a não ser os que provêm fundamentalmente por via económica. Mas, a questão é esta: A história não nos ensina que na origem das guerras estão subjacentes factores de ordem económica?

Sobre esta matéria do «IN» há toda uma panóplia de teses, citações de conteúdo filosófico, etc.. A título de exemplo, citaremos duas: A primeira diz que os exércitos não devem servir para a guerra, mas para a prevenir.

A segunda diz que a não existência de FA's criaria um espaço em branco que outros países seriam tentados a ocupar.

Não é nossa intenção discorrer agora e aqui sobre esta matéria. Só

deixamos a pergunta: Quem nos garante que daqui a 10 anos o quadro da situação é o agora existente?

Dirão, ainda, alguns, que pouco interessa isso, que qualquer uma das actuais potências militares arrasam Portugal em minutos e nem precisam de se mexer muito. Em teoria é assim. Mas, exemplos bem recentes, revelam que entre a teoria e a prática a distância é grande - Somália, Iraque, Vietname, Afeganistão, etc., não são hipóteses mas sim realidades. Acresce, até com mais importância, o facto de que o efeito político de uma hipotética agressão (com a existência de FA's) ganhar outro tipo de contornos, facilitando o caminho a actos de solidariedade e resoluções políticas.

Posto isto, que se continue a discutir o assunto, já que outra coisa não pretendemos do que isso mesmo. Mas, por favor, façam-no sem populismos.

*«Não há guerras melhores nem piores. Sabe porquê? O morto não sente a diferença»
Soldado anónimo da guerra colonial, citado pelo «Expresso».*

General Mendes Dias

O General Mendes Dias foi vetado pelo Presidente da República para um novo mandato no cargo de chefe do Estado-Maior da Força Aérea, na sequência do caso OGMA.



O Conselho Superior da Força Aérea reuniu e já indicou ao ministro da Defesa os três nomes para possíveis sucessores do general Mendes Dias. À hora do fecho da nossa redacção ainda era desconhecida a escolha do Governo.

Aconteceu... na Ota (1)

No CFMTFA, Ota, um 1.º sargento experimentava os travões de uma viatura na parada. O major PA Macedo, director do corpo de alunos, dava instrução.

Segundo nos informaram, o Major, sentindo-se incomodado com o barulho, descompôs o sargento, através do microfone, à frente dos recrutas.

Contactado o Gabinete de Relações Públicas da FA, fomos esclarecidos que o 1.º sargento experimentava os hidráulicos de uma viatura e, o Major, ouvindo o barulho dos travões, que interferiam com a sua aula, pediu pelo micro que o sargento parasse a viatura e aguardasse que terminasse a aula, que queria falar com ele. Terminada a aula, o Major dirigiu-se com o 1.º sargento ao gabinete do chefe de serviço.

O Gabinete de Relações Públicas informou-nos que o sargento parou a viatura e pediu desculpa por ter importunado a aula.

O jornal «O Sargento» espera que os factos se tenham efectivamente passado conforme o Gabinete de Relações Públicas diz. Porque, a não ser assim, algo de grave se estaria a passar.

Aconteceu... na Ota (2)

Fomos informados que, no CFMTFA, o Ten. Cor. Com.te do Grupo de Apoio esbofetou e pontapeou um praça condutor, argumentando que este tinha feito «peões» com uma viatura.

Contacto o Gabinete de Relações Públicas da FA, este afirmou-nos que está a decorrer um processo de averiguações a nível de Comandante de Unidade.

«O Sargento» deseja firmemente que sejam apuradas todas as responsabilidades e retiradas todas as consequências.

CLUBE DO SARGENTO DA ARMADA INAUGURA SEDE

Vitória da classe

Os sargentos da Armada concretizaram uma grande aspiração - inaugurar a nova sede social do seu clube. O evento ocorreu na tarde do dia 3 de Dezembro, na Rua das Escolas Gerais, n.º 90, em Alfama.

Estiveram presentes centenas de associados, representantes do CEMA, da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, do Clube de Sargentos do Exército, do Clube de Sargentos da Aeronáutica e do Clube de Praças da Armada, assim como, o presidente da Junta de Freguesia de São Vicente de Fora e membros da Direcção da ANS. O nosso jornal fez-se representar pelo seu Director.

Após o descerramento da placa seguiu-se a alocução dos membros dos corpos gerentes do CSA, os quais realçaram o enorme esforço financeiro para concretizar esta obra e o apoio que tiveram da classe para a sua concretização.

Usaram, também, da palavra, representantes dos clubes e vários sócios do CSA, os quais manifestaram o seu regozijo e emoção pela concretização deste projecto.

Por último, falaram o presidente da Junta de Freguesia e o representante do CEMA, o Com.te Paiva, o qual manifestou a sua satisfação de estar presente na inauguração da nova sede, tendo desejado ao Clube as maiores felicidades.

Seguiu-se um beberete nas instalações do Clube, onde o convívio e satisfação foram evidentes.

As obras para restaurar o prédio, onde se instalou a sede social do CSA, e equipá-lo, orçaram em cerca de 14 mil contos, disse ao nosso jornal o presidente da Direcção do Clube, o qual salientou o apoio recebido do Gabinete Técnico de Alfama, do pelouro do vereador Vitor Costa, da Câmara Municipal de Lisboa.

O edifício é alugado e paga uma renda mensal de 206 contos. Estes encargos só são possíveis de suportar graças ao grande empenhamento dos sócios do clube.

De momento, para além dos serviços de restaurante e café, de biblioteca e sala de jogos, a Direcção pretende levar a efeito palestras e exposições diversas.

Esta obra, pelo esforço financeiro envolvido, pelos desafios e pelas dificuldades várias ocorridas, desde que o CSA se viu confrontado a abandonar as antigas instalações onde tinha a sua sede, é uma grande vitória de todos aqueles que acreditaram que a união faz a força, é uma vitória da classe.



Revisão do estatuto dos militares das FFAA

Ou o gato escondido com o rabo de fora

O ministro da Defesa distribuiu aos Chefes de Estado Maior dos Ramos, na reunião do Conselho Superior Militar, de 4 de Outubro último, um memorando contendo um conjunto de propostas de alteração do EMFAR.

O referido memorando divide-se em três partes: Objectivos, desenvolvimento das carreiras e posição dos ramos, as quais passamos a descrever.

Objectivos

A revisão do EMFAR propôs-se alcançar os seguintes resultados:

1. Suprir lacunas jurídicas identificadas;
2. Clarificar a redacção de normativos de interpretação controversa ou conflituantes;
3. Reequacionar o desenvolvimento das carreiras, visando, designadamente:

3.1. Condicionar a estrutura dos quadros especiais, em termos de número de lugares e acesso aos postos, em função das necessidades organizacionais de cada ramo das Forças Armadas, isto é, condicionar as «partes em função do todo» e não o contrário;

3.2. Harmonizar as carreiras militares, designadamente a de oficiais e sargentos, entre os ramos das Forças Armadas, mas atenta a especificidade de cada um deles, por forma a minimizar ou mesmo eliminar situações indesejáveis geradoras de descontentamento ou mesmo de desmotivação;

3.3. Propiciar o desenvolvimento das carreiras por forma a:

- Adequá-las às necessidades estruturais nos diversos postos, consubstanciadas no quadro de pessoal, aprovado para cada ramo;
- Evitar a ocorrência de distorções susceptíveis de originar situações de bloqueio na carreira;
- Garantir uma permanência significativa e funcionalmente eficaz nos diferentes postos que constituem a carreira militar, possibilitando o emprego, no tempo certo, das capacidades psicofísicas e das potencialidades de formação e da experiência.

3.4. Possibilitar a renovação de quadros, pelo estabelecimento de um conjunto de mecanismos reguladores que coerentemente assegurem um fluxo, contínuo e equilibrado, de acesso aos diferentes postos da hierarquia.

Desenvolvimento das carreiras

Por forma a alcançar os objectivos traçados em 3.2, 3.3 e 3.4 são apresentadas, entre outras de menor relevância, as seguintes propostas de alteração:

Artigo 141.º Condicionalismos

O fluxo normal do desenvolvimento da carreira está condicionado à verificação dos seguintes pressupostos:

- a) Alimentação adequada às necessidades em cada quadro especial.

b) Existência de mecanismos reguladores que assegurem um fluxo de progressão contínuo e equilibrado da carreira, por forma a manter a permanente motivação dos militares;

c) Ao número de lugares, distribuídos por postos, fixados nos quadros especiais aprovados.

Artigo 142.º Desenvolvimento da carreira

1. O desenvolvimento da carreira verifica-se de acordo com as qualificações, a antiguidade e o mérito revelados no seu desempenho profissional, observada a satisfação das condições, gerais e especiais de promoção e as necessidades estruturais das forças armadas.

2. O desenvolvimento da carreira deve possibilitar uma permanência significativa e funcionalmente eficaz nos diferentes postos que a constituem.

Artigo 145.º Carreira de sargentos

1. Para o ingresso na carreira de sargentos é exigido, no mínimo, o ensino secundário, concluído com aproveitamento, complementado por formação militar necessária ao exercício de funções naquela categoria, ou formação militar que habilite a certificação de qualificação profissional de nível 3 e equivalência ao ensino secundário.

2. A carreira de sargentos destina-se, de acordo com os respectivos quadros especiais e postos, ao exercício de funções de comando, chefia, de natureza executiva, de carácter técnico, administrativo-logístico e de instrução.

3. Os quadros especiais referentes à carreira de sargentos desenvolvem-se nos seguintes postos:

- a) Sargento-chefe (SCH);
- b) Sargento-ajudante (SAJ);
- c) Primeiro-sargento (1SAR);
- d) Segundo-sargento (2SAR).

Os quadros especiais mencionados no número anterior podem, ainda, consoante as necessidades orgânicas de cada ramo, incluir ou conferir acesso ao posto de Sargento-mor (SMOR); (...).

Artigo 298.º Tempo mínimo de permanência nos postos

O tempo mínimo de permanência em cada posto para acesso ao posto imediato é o seguinte:

- a) Três anos no posto de segundo-sargento;
- b) Sete anos no posto de primeiro-sargento;
- c) Seis anos no posto de sargento-ajudante;
- d) Quatro anos no posto de sargento-chefe.

Artigo 299.º Tempo mínimo global

1. O tempo mínimo global para acesso ao posto de sargento-

chefe após o ingresso na categoria de sargento do QP é de 17 anos de serviço efectivo.

2. O tempo mínimo global para acesso ao posto de sargento-mor após o ingresso na categoria de sargento do QP é de 22 anos.

Artigo 167.º Condições de passagem à reserva

Transita para a situação de reserva o militar dos QP que:

1. Atinja o limite de idade estabelecido para o respectivo posto;
2. Tenha 20 ou mais anos de serviço militar, a requiera e lhe seja deferida;
3. Declare, por escrito, desejar a passagem à reserva depois de preencher uma das seguintes condições:
 - a) Trinta e seis anos de tempo de serviço militar;
 - b) Trinta anos de tempo de serviço efectivo;
 - c) Cinquenta e cinco anos de idade.
4. Seja abrangido por outras condições previstas neste Estatuto.

Artigo 168.º Limites de idade

Os limites de idade de passagem à reserva nos postos dos militares dos QP são os seguintes:

- (...)
- a) Sargento-mor - 60;
 - b) Sargento-chefe - 57;
 - c) Restantes postos - 55.

Artigo 168.º A Outras condições de passagem à reserva

Transita ainda para a situação de reserva o militar dos QP que:

- (...)
4. No caso da categoria de sargento preencha uma das seguintes condições:
 - a) Complete doze anos de tempo de permanência no posto de sargento-mor;
 - b) Complete em qualquer posto, com excepção de sargento-mor, 36 anos de tempo de serviço efectivo;
 - c) Seja excluído da promoção ao posto imediato nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 202.º.

Artigo 194.º Não satisfação das condições gerais

1. O militar dos QP que não satisfaça qualquer das condições gerais de promoção previstas no artigo 60.º fica excluído da promoção, sendo do facto notificado por escrito.

2. O militar que num mesmo posto e em dois anos seguidos ou interpolados não satisfaça, por falta de mérito absoluto, qualquer das três primeiras condições gerais de promoção é definitivamente excluído da promoção.

3. O militar dos QP abrangido pelo disposto no n.º 2 do presente artigo:

- a) Transita para a situação de reserva caso possua 15 ou mais anos de tempo de serviço;
- b) É abatido aos QP, caso não possua 15 anos de tempo de serviço.

Posição dos ramos

A posição dos ramos, veiculada através dos respectivos representantes no GTEMFAR é, em síntese, e na generalidade, a seguinte:

Tempos mínimos de permanência nos postos:

- A Marinha e a Força Aérea discordam totalmente de qualquer alteração dos tempos mínimos actualmente em vigor.

Argumentam, entre outras considerações, que as alterações conduziram a dificuldades no preenchimento dos quadros e a nefastos efeitos de desestabilização no estado de espírito do pessoal

- O Exército tem uma posição mais flexível, aceitando alterações nos postos de capitão (+ 1 ano) e de 1.º sargento (+ 2 anos).

Limites de idade para passagem à situação de reserva

- Todos os ramos discordam que se introduza qualquer alteração, com fundamento na desestabilização psicológica que tal medida iria provocar no pessoal, devido ao ambiente de insegurança criado por mudanças sucessivas do enquadramento legal das expectativas de carreira.

Segundo fonte fidedigna, o Conselho de Chefes de Estado Maior, em reunião para análise do memorando, considerou que a actual revisão é «inconveniente», dado que «afecta a segurança e a estabilidade das carreiras; não é fundamentada em suficiente período de aplicação; não proporciona aos Ramos tempo suficiente para reflexão (...); poderá actuar como elemento desmotivador de acesso à carreira das armas (...)

Sobre a colocação do posto de sargento-chefe como topo de carreira, o CCEM considera que tal «afecta negativamente as expectativas dos sargentos».

E, quanto ao art.º 194.º, o parecer do CCEM considera que o mesmo «é dificilmente compatível com a Constituição».

O nosso comentário

Face ao descrito, cumpre-nos fazer os seguintes comentários:

1. Um estatuto tem que ser um documento legislativo que defina com clareza e objectividade direitos, deveres, funções e cargos e desenvolvimento das carreiras, tendo, ainda, obrigatoriamente, de transmitir segurança e confiança aos agentes a que se destina, no caso em apreço, aos militares.

2. O actual EMFAR entrou em vigor em 1990, sendo esta a quarta vez que irá ser alterado. As actuais propostas de alteração pretendem introduzir profundas alterações em mecanismos estatutários extremamente sensíveis, o que as tornam geradoras de instabilidade nas carreiras profissionais e de insegurança e desmotivação dos militares

3. No fundamental, a alteração do Art.º 168.º e a inclusão do Art.º 168-A, mais não visa do que o afastamento dos militares (passagem à situação de reserva) independentemente do seu valor. Concretamente, o que pretendem estas propostas é estatuir a controversa Lei 15/92, que ficou para a história conhecida como a «Lei dos Coronéis». Isto é, deste modo alcançar os mesmos objectivos sem o recurso a incentivos, ou seja, de «borla».

4. Os pretenciosamente chamados mecanismos reguladores das carreiras, Artigos 141, 142, 145, 298 e 299, mais não visam do que estrangular todos os mecanismos propiciadores de fluxo nas carreiras, criando desta forma enormes dificuldades de promoção. Para se ter uma ideia mais objectiva do alcance das medidas propostas, se neste momento elas fossem aplicadas, a quase totalidade dos quadros especiais nos três ramos ficariam por preencher, nomeadamente nos postos cimeiros da categoria de sargento-chefe e sargento-mor.

Os verdadeiros objectivos

Pelo exposto, conclui-se que os objectivos traçados no memorando em análise são totalmente contrariados pelas propostas de alteração feitas. Então quais são os verdadeiros objectivos?

Para se poder responder a esta questão é necessário não esquecer que os actuais quadros especiais terminam em 31 de Dezembro de 1995, sendo este factor determinante para a compreensão do verdadeiro objectivo a alcançar - a redução em 1996 do número de militares nos QP's.

Redução que resultará do não preenchimento dos actuais quadros especiais, em virtude de não existirem militares com as condições de promoção, do acelerar da passagem de militares para a situação de reserva, bastando então, em 1996, elaborar os quadros especiais pelas existências em 1 de Janeiro de 1996.

Querirá, então, isto dizer que o Governo pretende reduzir o número de militares? A resposta é não. É do conhecimento geral que o conceito estratégico de Defesa tem como filosofia a participação das FFAA portuguesas nas missões internacionais, aliás, como por diversas vezes o ministro Fernando Nogueira tem declarado publicamente, o que torna imperioso que em determinados momentos o número de militares seja maior do que aquele que hoje existe.

O que se pretende, pois, é reduzir o número de militares nos QP's, sendo as necessidades de cada momento resolvidas com o recurso a militares em RV (regime voluntário) e RC (regime de contrato). Pretende-se, deste modo, fazer hoje, nas Forças Armadas o que há anos atrás foi feito nas empresas - a denominada *flexibilização* do vínculo dos agentes à instituição.

Estes são, pois, os verdadeiros objectivos.

Estamos, assim, perante um «gato escondido com o rabo de fora».

Cartas dos LEITORES

Coisas de outro planeta

A nave 00875 vagueava pelo espaço em missão de rotina e localizou uma fábrica no planeta Angolix.

O planeta Angolix era um local de convulsões numa zona em mutações profundas. Fruto do desenvolvimento do processo histórico naquela zona e não só, as coisas levavam uma tendência apaziguadora. Até tinham havido eleições e um governo democraticamente eleito assumia a governação do planeta Angolix.

A nave informou o comando interestelar. O oficial de serviço ficou estupefacto: Como é possível?

O chefe do serviço de operações descansou-o: Calma. Há muito que ela lá está.

Mas, uma nova comunicação da nave pôs tudo em pânico. Havia fumo nas chaminés da fábrica.

Ora, não há fumo sem fogo e se há fogo então ela está a trabalhar. Não pode ser.

Comunicado o facto, ninguém sabia. Ninguém mesmo. O apuramento da situação comunicada indicou que a fábrica prestava serviços ao governo do planeta.

Medidas imediatas foram tomadas. O comandante da nave foi para a rua e o mesmo aconteceu ao director da fábrica. Afinal,

quem é que os mandou trabalhar? Mais, quem é que os mandou trabalhar com o governo do planeta onde está instalada?

Ainda houve quem perguntasse: Então como é que há-de ser? Não se trabalha com o governo, não se trabalha contra o governo. Então não se trabalha!

Este caso, que ocorreu no ano 2080, foi objecto de análise no ano de 3100 e até foi editado um livro de anedotas, cujo título era «Só sei que nada sei que sabia o que sei; mas não sei».

1.º Sar. Res. Raposo

Excessos

A leitura do editorial do «DN» de 11/12/94 motivou esta minha breve carta.

No citado editorial, da autoria de M. Bettencourt Resendes, é dito: «Quando um general no activo se permite criticar publicamente o CDT. Supremo das forças Armadas (...) há uma campanha que soa...»

E verdade! E é certo que, como diz M.B.R., se «o general pensa que deveria ter sido ouvido antes

da decisão, tem ao seu dispor os mecanismos institucionais adequados ao encaminhamento das suas mágoas». Mas, não tem esta verdade também outra de ordem inversa?

Que fique claro que não estou a discutir a razão ou não da não recondução do general. Estou simplesmente a falar de métodos e processos.

Por outro lado, importa dizer que, por actividades de carácter

estritamente profissionais, muitos sargentos já foram punidos com penas de prisão, ao abrigo do velho e caduco Art.º 31.º da LDNFA.

Sabe disso o Governo, o CEMGFA, o Gen. Mendes Dias e o CDT. Supremo das FA's.

E agora como vai ser? Não há castigos?

Alfredo Correia, sarg. chefe ref.

1.º Encontro de Enfermagem do Hospital da Marinha

No passado dia 25 e 26 de Novembro realizou-se o 1.º Encontro de Enfermagem do Hospital da Marinha. A realização desta inovadora iniciativa foi, na opinião do Sarg. Ajud. Enf. Manuel Mota «mais uma prova da vitalidade científico-técnica e profissional da classe de enfermeiros».

Este Encontro foi dividido por painéis temáticos, destacando-se:

• Especificidade da Enfermagem Militar/Naval;

• Problemática da Formação/Carreira da Enfermagem nas Forças Armadas;

• Oxigenoterapia Hiperbárica: acção do Enfermeiro.

• SIDA: Aspectos humanos, éticos e sociais.

• Programa de combate às toxicodependências e alcoolismo nas Forças Armadas - Aplicação na Marinha.

Para Manuel Mota «o Encontro possibilitou a troca de experiências profissionais conducentes ao apuramento técnico no exercício da profissão. É que as Forças Armadas têm especificidades que importa não ignorar ou subverter com base em que critérios forem e têm também no seu seio uma classe de Enfermeiros que constituem o que de melhor existe no

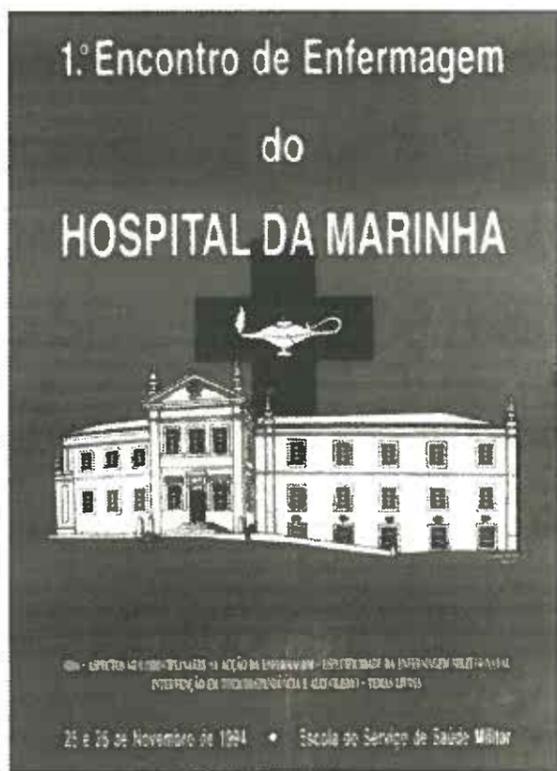
país. Apesar disto não nos é atribuída relevância». Sentimos alguma amargura nesta resposta.

Sobre isto, Manuel Mota esclareceu-nos, dizendo que «admito que exista alguma amargura. Os problemas são muitos e arrastam-

referiste, podem surgir. Não é fácil dedicar uma vida a uma profissão, com tudo o que ela tem do ponto de vista militar e do ponto de vista técnico-profissional e verificar que ainda nos confrontamos com problemas de carreira, equivalências, etc., etc.. É melhor não desfiar o rol... Felizmente que a classe de Enfermeiros e os Sargentos em geral, têm sabido com criatividade resistir».

Perguntámos a Manuel Mota o que é que se prevê relativamente a modificações na área da Saúde. A resposta foi prudente: «Falar dessa matéria é falar de intenções que não conhecemos em concreto e portanto não faria sentido. Todos pressentem que vão haver mudanças profundas e existem apreensões. Este é um dado de facto. Se alguma coisa pode ser dito é a de que gostaríamos que esse processo, antes de encetado, fosse objecto de diálogo com todos os profissionais de saúde militares e não constituísse um mero acto administrativo. Até porque é de uma área sensível que estamos a falar».

Aqui fica o apelo.



se ano após ano, ao mesmo tempo que a área da Saúde é confrontada com novas exigências. Esta disfunção vai alargando e é aí que sentimentos, como o que

AMBIENTE

Matéria inadiável

Foi apresentado, em meados de Novembro, o Plano Nacional de Política do Ambiente (PNPA). Este documento, que vai ser, segundo foi anunciado, sujeito a discussão pública, caracteriza a situação existente e traça linhas com vista a que Portugal ultrapasse os enormes problemas com que se confronta.

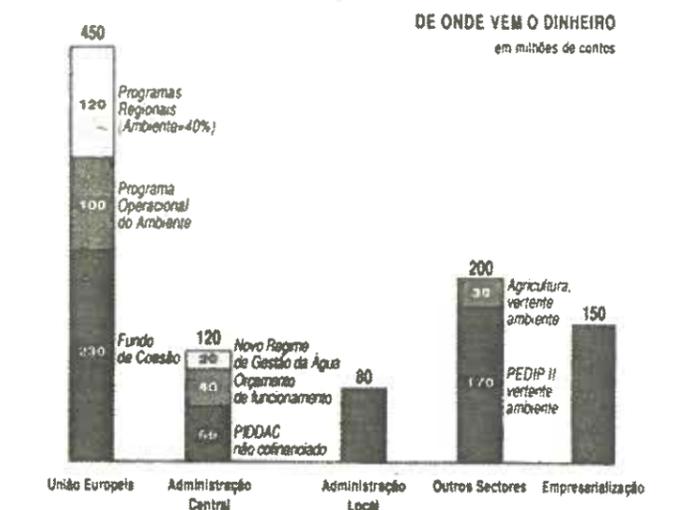
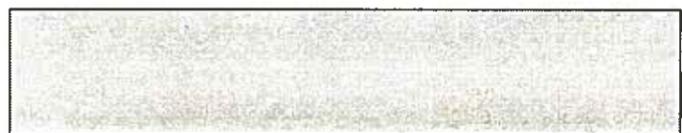
O documento assinala como aspectos ambientais graves os existentes nos rios Ave, Leça e Trancão, assim como o da Ria de Aveiro.

Quanto à caracterização ao nível das infraestruturas básicas, o estudo constata que apenas 77% da população está ligada à rede pública de água, com a agravante de somente 21% utilizar uma rede que assegure uma boa qualidade. O documento adianta, ainda, que só 51% da população é servida por uma rede pública de esgotos e apenas 21%

dessa rede está ligada a estações de tratamento.

O Plano prevê até ao ano 2000 um investimento nas questões ambientais de mil milhões de contos, sendo sensivelmente 50% gastos na resolução do abastecimento de água, de efluentes líquidos e resíduos sólidos. Mas veja-se o quadro que se publica em baixo.

Também o Despacho n.º 125/94, do Ministério da Defesa Nacional, determina que os Estados Maiores dos 3 ramos das FA's, identifiquem e quantifiquem anualmente as comunicações que, por terem atingido o limite de utilização com segurança, se encontrem obsoletas, devendo a respectiva listagem ser enviada à Direcção Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, tendo em vista o seu tratamento.



Encontros com os núcleos associativos

Fortalecer ligações Direcção/Núcleos



Aspectos das reuniões com os núcleos em Viseu e no Feijó

A Direcção da ANS visitou, de 13 a 24 de Novembro, os núcleos associativos de Vendas Novas, Entroncamento, Viseu, Vila Real/Chaves/Lamego, Porto, Braga, Almada e Baixa da Banheira, com o objectivo de fortalecer uma ligação mais efectiva entre os órgãos dirigentes e os vários núcleos existentes no país.

Foram abordados vários assuntos, desde legislação até à preparação das comemorações do 31 de Janeiro. Assim, foram analisadas a Lei de Bases da Justiça Militar e de Disciplina das Forças Armadas, o Regime de Queixa ao Provedor de Justiça em matéria de Defesa Nacional, propostas de alteração ao EMFAR e sobre o subsídio de residência.

Foi dada informação sobre o Praesidium da Euromil, recentemente realizado em Lisboa, e feito um balanço da actividade da ANS durante o actual mandato. Finalmente, a Direcção da ANS apresentou propostas de trabalho quanto à preparação da comemoração do 31 de Janeiro, bem como, da realização de possíveis debates ou

colóquios e outras iniciativas a ocorrer naquela data.

NSR em questão

Da parte dos núcleos foram colocadas diversas questões, designadamente, quanto ao Novo Sistema Retributivo (NSR), face às distorções e injustiças provocadas pela aplicação do mesmo.

A Direcção da ANS foi informada que Comandantes do G1EA e G2EA e Base de Fuzileiros receberam sargentos para ficarem ao corrente da gravidade da aplicação do NSR e que houve, também, uma audiência com o CEMA solicitada pelos sargentos da Base de Fuzileiros.

No dia 18 de Novembro, entretanto, aquando da deslocação do MDN à Escola de Fuzileiros, em Vale de Zebro, uma comissão de sargentos, de várias unidades, expôs ao ministro as injustiças provocadas pelo NSR. O ministro, na presença do CEMA, reconheceu a existência de anomalias de natureza jurídica e respon-

deu aos sargentos que ia empenhar-se com todas as suas forças, para o que determinou que o major Chaves, seu assessor, conjuntamente com os sargentos daquela comissão, encetassem um diálogo que possibilitasse encontrar as soluções.

Os participantes das reuniões dos núcleos, concluíram que, para além desta nova postura do MDN, não se deixarão adormecer no «canto da sereia» enquanto não virem o problema definitivamente resolvido.

A delegação da Direcção da ANS, que fez este périplo pelos núcleos, foi constituída por Augusto Tomás, presidente da Direcção, Álvaro Martins e Teixeira da Silva, vice-presidentes, e Fernando Fontes, delega-



Sargentos expõem questão do NSR ao MDN na Escola de Fuzileiros

Sargentos da BAI descontentes

Sargentos pára-quadistas que integram a Brigada Aerotransportada Independente (BAI) apresentaram um recurso no Supremo Tribunal Administrativo relativo a uma decisão do Estado-Maior do Exército, que consideram desfavorável quanto ao seu futuro.

A questão diz respeito à progressão na carreira, face à sua transferência da Força Aérea para o Exército. São cerca de 200 os sargentos que enviaram exposições

individuais, com texto comum, ao Estado-Maior do Exército, o qual, passados 90 dias não lhes respondeu, o que motivou a decisão de recorrer ao Supremo Tribunal.

Segundo notícias vindas na comunicação social, o gabinete do ministro da Defesa afirmou que a partir de Janeiro o assunto seria solucionado. Esperamos que tal se concretize, a exemplo do já verificado com os oficiais pára-quadistas.

Suplemento de residência

O suplemento de residência, regulamentado pelo DL 172/94, de 25 de Junho, está suspenso.

O problema terá sido discutido em Conselho de Chefes (CEM), no início do mês de Novembro, e, ao que sabemos, encontra-se em estudo, já que parece existirem discre-

pâncias de interpretação nos ramos. Na origem dessas discrepâncias parece estar o conceito de «guarda».

Vamos aguardar que a análise da situação não acabe por se traduzir em penalizações para o interesse dos militares.

31 de Janeiro Dia Nacional do Sargento

Comemorações promovidas pela Associação Nacional dos Sargentos no dia **28 de Janeiro**, (sábado), na Voz do Operário, em Lisboa, com início pelas 10H00, com debate e almoço, seguido de espectáculo musical.

Os núcleos de Viseu, Chaves, Vila Real, Lamego, Porto, Braga, Vendas Novas e Entroncamento promovem, igualmente, comemorações do 31 de Janeiro. Informa-te dos locais e horas.

Apelamos a todos os sargentos para que participem nesta importante jornada comemorativa.

Projecto de Caderno de Aspirações

Concluimos nesta edição a divulgação dos projectos de Caderno de Aspirações dos ramos, com a publicação de extratos do documento referente à Força Aérea.

Planeamento, Organização, Coordenação.

Sargento-Ajudante: Chefe de Equipa; Chefe de Secretaria de Unidade-escalação esquerda; Supervisão das funções técnicas da sua especialidade;

transporte para si e para a sua família, para as bagagens e mobiliário sempre que, por motivo da serviço, sejam obrigados a transferir a sua residência.

Sempre que, por questões de

por Sargentos designados e eleitos (a maioria) de entre os membros da Comissão Técnica e Conselhos de Especialidade.

4 - Alargamento das competências e âmbito da Comissão Técnica e Conselhos de

res na situação de Reforma e os do Activo, com o mesmo posto, o mesmo tempo de serviço, e com as mesmas condições particulares, deduzidos os descontos obrigatórios e o valor do IRS.

c) A gestão do Fundo de Pensões deve ser feita pela CGA.

d) Caso não seja possível criar a compensação de pensões, o Fundo de Pensões passará a actuar logo que o militar transite à situação de Reforma (65 anos) nas condições da alínea b).

e) Aumentar as concessões aos beneficiários do Fundo de Pensões, pois no presente, elas são inferiores aos das oferecidas pelos planos de poupança reforma das várias instituições seguradoras e bancárias.

I - Carreira

A - Acesso e progressão

Têm acesso a Sargentos os Praças da Força Aérea com o mínimo de três anos de serviço e que frequentem, com aproveitamento, o CFS. Os candidatos, como condição de acesso ao CFS, deverão possuir o 9.º ano de escolaridade, bem como satisfazer as condições de concurso e parecer da Comissão Técnica, ouvidos os Conselhos de Especialidade.

A todos os Sargentos é garantida a progressão na carreira até Sargento-Mor.

Criação de quadro único que permita igualdade entre as várias especialidades.

Definição de tempos máximos nos postos: 2.º Sargento - 2 anos; 1.º Sargento - 8 anos; Sargento-Ajudante - 4 anos; Sargento-chefe - 3 anos; Sargento-Mor - 4 anos.

Para acesso ao posto de Chefe a promoção deverá efectuar-se após aproveitamento no curso, equivalente a médio superior (antigo Politécnico).

B - Cursos e equivalências

O CFS, bem como outros cursos, deverão ser ministrados na Escola de Sargentos da Força Aérea, a criar.

O CFS deverá ministrar formação militar, cultural comum e formação técnica e científica específica.

A formação técnica e científica deverá ter equivalência aos cursos respectivos ministrados nas escolas públicas (12.º ano - via profissionalizante).

No final dos cursos deverá ser passado um diploma com o respectivo aproveitamento e as habilitações (carteira profissional).

C - Funções

Sargento - Mor: Elemento do Estado-Maior do CEMFA e do Estado-Maior da Unidade; Administração de pessoal na Repartição de Sargentos (a criar) para: Instrução; Adjunto do Director de Instrução.

Sargento-Chefe: Chefe de Hangar; Chefe de Secção Técnico-Administrativo;



Instrução; Coordenação, Organização.

1.º e 2.º Sargentos: Comandantes de Unidades de escalação Secção de forças especiais; Coordenador de actividades no âmbito da sua especialidade, pelo pessoal de si dependente; Execução de funções técnicas da sua especialidade; Instrução.

II - Condições de trabalho

A - Segurança e Higiene

Aplicação das normas, recomendações e relatórios da OIT e do Ano Europeu da Higiene e Segurança, assim como, a publicação de Legislação que regulamente as normas de higiene e segurança no trabalho.

Preparação do pessoal médico e de enfermagem na especialidade de higiene e segurança no trabalho.

Promoção de acção de sensibilização e esclarecimento sobre prevenções e riscos profissionais.

B - Suplementos

Propõe-se a correcção do suplemento do Serviço Aéreo; um Subsídio de 20% em tempo de serviço efectivo para o pessoal do 1.º escalão de base e manutenção, pessoal de turnos; e que o Serviço de escala tenha direito a dia útil de folga.

C - Deslocamentos

Os Sargentos têm direito a

serviço, sejam transferidos da sua residência, têm direito a alojamento para si e agregado familiar, bem como todos os apoios sociais e financeiros que garantam o necessário à sua integração social e familiar como antes da transferência.

III - Vencimentos

Propõe-se a revogação da portaria que estipula o aumento de 8%; e, o aumento de vencimento-base de 12%.

Equiparação de vencimento a todos os Corpos Especiais da Administração Pública, e um Suplemento de Condição Militar de 14,5%.

Apoio à escala indiciária apresentada pela ANS na Provedoria de Justiça.

IV - Órgãos representativos

Os órgãos representativos dos Sargentos na Força Aérea são a Comissão Técnica, Conselhos de Especialidades e Comissões de Unidade.

Alterações a produzir:

1 - Todos os Sargentos podem eleger e ser eleitos para os órgãos representativos. 2 - Criação da Repartição de Sargentos na Direcção de Pessoal.

3 - Criação do Estado-Maior dos Sargentos do CEMFA e nas Unidades e Serviços, composto

Especialidade. 5 - Efectiva implementação das Comissões de Unidade. Definição clara das suas competências.

V - Reserva e reforma

A nível da Reserva propõe-se que o subsídio da Condição Militar passe a ser um direito que o militar tem adquirido ao passar à situação de Reserva, na percentagem devida aos anos de serviço prestado, tendo em consideração o vínculo que mantém com Instituição Militar; e, que os 9 anos de desconto na Reserva para a Caixa Nacional de Pensões conte para efeitos de Reforma.

Quanto à Reforma, que sejam revogados os seguintes artigos do Decreto-Lei 34-A/90, e do EMFAR: - disposições comuns Art.º 11.º do 34-A/90; disposições gerais Art.º 158.º .1 do EMFAR «Reforma»; que a idade da Reforma seja 70 anos.

Sobre Compensação de Pensão e Fundo de Pensões, propõe-se:

a) Seja criada uma compensação de Pensão para todos os militares obrigados pela legislação recentemente implementada, a passar à situação de Reforma antes dos 70 anos, na base do que está prescrito no Art.º 12.º e 13.º do DL 34-A/90 das disposições comuns.

b) Que o Fundo de Pensões actue logo que haja diferença entre os vencimentos dos milita-

VI - Apoio social, serviços sociais e saúde

Aumento do valor das participações médico-medicamentosas e o alargamento do seu âmbito.

Melhorar e aumentar a rede de infantários e pré-escolar dos SSFA, assim como, aumentar e generalizar o âmbito das participações escolares dos SSFA.

Instituir estruturas de apoio às crianças deficientes e inadaptadas.

Compatibilizar o custo de permanência do COSFA com as pensões de Reforma.

Criação de novos lares de assistência a todos os militares e suas esposas.

Incapacidade igual ou superior a 50% - direito a todas as remunerações e subsídios auferidos antes da causa da incapacidade.

Em caso de morte (viúva com filhos menores) - todas as remunerações e subsídios; (viúva sem filhos menores) - 75% das remunerações e subsídios

Subsídio para apoio escolar aos filhos por morte ou doença grave.

Criação de um seguro de vida num valor mínimo de 20 mil contos, actualizado anualmente de acordo com o estabelecido pelo Instituto Nacional de Seguros.

O projecto de caderno de aspirações contempla, ainda, questões sobre fardamento, transportes e legislação.

Notícias dos CLUBES

Assembleia Geral no CSAero

O Clube de Sargentos de Aeronáutica realizou, em 16 de Dezembro, a Assembleia Geral para eleição dos órgãos sociais para o biénio 1995/1996.

De seguida, realizou-se outra sessão para votação de aumento de quotas e do Plano de Actividades e Orçamento para 1995. Recebemos na nossa

redacção, entretanto, a publicação «O Voador», referente aos meses de Jul/Ago/Set 94, com numerosa informação e artigos versando vários temas.

Sargentos da Armada discutem NSR

Uma comissão de sargentos promoveu uma reunião, no dia 15 de Dezembro, na delegação do CSA do Feijó, para se fazer o ponto da situação do NSR, face às respostas do MDN aos sargentos na escola de Fuzileiros e do secretário de Estado da Defesa às cartas das esposas dos sargentos.

Foi apresentada na reunião uma proposta para acabar a situação da injustiça que reina nos escalões dos Sargentos, a qual se baseia no princípio de «nenhum militar mais antigo com mais anos de serviço deverá receber menos que outro mais moderno e com menos anos de serviço».



AOFA debateu alterações ao EMFAR

A AOFA realizou, em 17 de Novembro, na Cooperativa Militar, em Lisboa, um colóquio para análise das alterações propostas pelo Governo ao Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), particularmente aos capítulos relativos aos oficiais.

Os intervenientes salientaram que, ao longo dos últimos quatro anos, o Estatuto tem sido objecto de grandes alterações, as quais, em vez de terem dado segurança aos militares, pelo contrário lhes tem criado um clima de insegurança.

Foram referidos outros diplomas, caso da Lei 57/90 e dos Estatutos Orgânicos, que têm

introduzido, segundo oradores, efeitos perniciosos no EMFAR, tendo sido analisados vários artigos que confirmariam esta tese.

O Regime de Queixa ao Provedor de Justiça foi igualmente referido, tendo um orador manifestado a opinião «que o leva a pensar que o Direito morreu no papel».

O Dr. Teixeira Lapa fez o enquadramento jurídico dos vários diplomas, face à Constituição da República, referindo que vários deles estão feridos de inconstitucionalidade. Concluiu que o Estado tem o dever de ouvir e os militares têm o direito de participar.

Direitos dos militares

A AOFA editou em livro as principais intervenções e conclusões do Colóquio «Direitos dos Militares - Enquadramento legal face às disposições vigentes nos restantes países europeus», realizado em 5 de Novembro de 1993.

Recebemos na nossa redacção, também, o primeiro número do «Boletim AOFA», editado em Agosto último. Neste número salientam-se artigos sobre as alterações ao EMFAR e aos diplomas respeitantes ao Fundo de Pensões.



Boletim AOFA

ANO 1 Nº 1 AGOSTO 1994
BOLETIM INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADAS
Sede Provisória: Rua Pascoal de Melo 134-Cv Esq. Apartado 2869 1122 LISBOA CODEX FAX: 315 6836



Pessoal Militarizado da Marinha

Quadros de pessoal, promoções, carreiras são questões que preocupam a Associação Nacional dos Militarizados da Marinha (ANMM), segundo comunicado emitido no passado mês de Novembro.

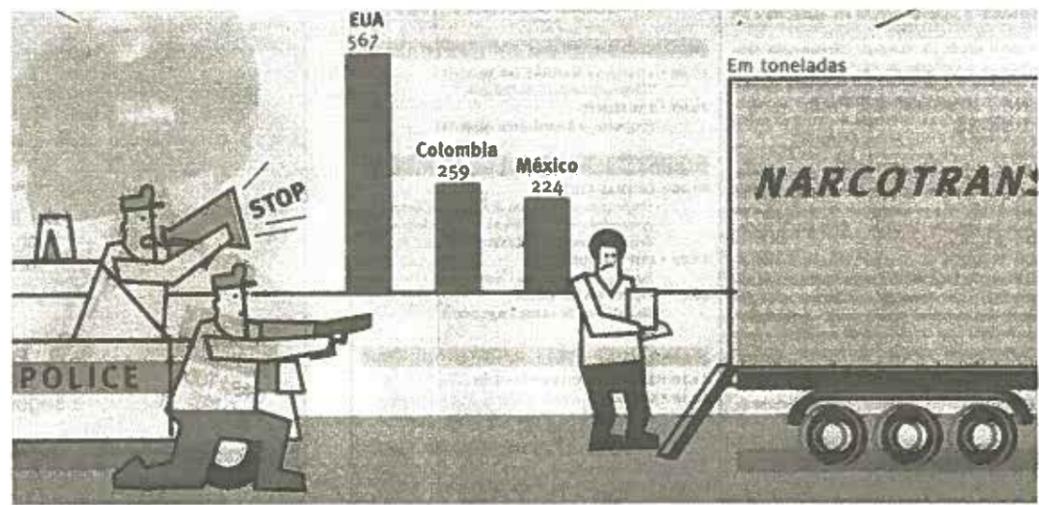
A ANMM considera inaceitável a recriação do Corpo de Polícia Marítima (CPM) e a anulação do actual quadro de equiparações.

«Insistimos em que é fundamental um diálogo prévio, esclarecedor e objectivo sobre o futuro», afirma a ANMM no comunicado, que apela a todos os militarizados para que estejam atentos.

Quanta cocaína foi apreendida no continente americano?

As apreensões de cocaína no continente americano entre 1989 e 1993 corresponderam a 1286, segundo um relatório publicado pela Comissão Inter-americana para o Controlo de Abuso de Drogas (CIDAC), divulgou o jornal Público.

Os Estados Unidos aparecem com 47% das apreensões, seguidos pelo México e a Colômbia, dois países que totalizam 37% das apreensões.



Ciência Pentágono usa inovação de portugueses

Uma inovação técnica introduzida por um engenheiro português na peça de artilharia móvel M-109, do Exército norte-americano, vai permitir ao Pentágono poupar mais de 542 mil contos numa única encomenda de 700 unidades, segundo o jornal «Luso-Americano», de Newark.

A peça M-109 é um veículo blindado com estruturas destinadas a servir de base a um canhão de 155 mm e com um alcance máximo de 35 quilómetros.

O autor desta inovação é Alfredo Pinheiro, que reside nos EUA e é membro do Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia de Armamento do Arsenal de Picatinny, em Nova Jérquia.

Em declarações àquele jornal, Alfredo Pinheiro disse que criou um sistema que eliminou do veículo 100 pés de tubagem e sete válvulas, colocando, em alternativa, um sistema eléctrico de controlo com apenas duas válvulas e com resultados iguais ou superiores.

Referiu, ainda, que a eliminação da tubagem cria mais espaço interior no veículo, tornando-o menos vulnerável (ao reduzir a exposição de partes sensíveis) e menos dispendioso. A inovação valeu ao engenheiro português uma distinção do Centro de Pesquisas.

Pelo MUNDO

UEO com secretário geral português

José Cutileiro é o novo Secretário-Geral da União Europeia Ocidental (UEO).

Esta escolha, que foi saudada sem excepções em Portugal, recaiu num homem com uma vasta carreira diplomática e que ganhou grande reputação, quando representou a Presidência da Comunidade nas negociações da Bósnia, naquilo que ficou conhecido como o plano Cutileiro.

A tarefa que o novo secretário-geral tem pela frente é complexa e imensa. E sobre esta, não só existem no seio da Comunidade visões diferentes (umas mais atlantistas em que a UEO deverá ser somente o pilar europeu da Nato; outras de afirmação da Europa com vista a que esta descole da tradicional influência dos EUA), como sucede o mesmo em Portugal.

Para tal, bastará reapreciar a discussão e propostas dos diferentes Grupos Parlamentares quando do debate sobre as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Outro dado a ter presente é o resultante da vitória dos Republicanos nas recentes eleições americanas.

A Conferência Inter-governamental de 1996, convocada para a revisão do Tratado da União Europeia, será também um momento crucial para a construção europeia e, portanto, para o futuro da UEO.



Miranda Calha na NATO

O deputado socialista Miranda Calha foi eleito presidente da Comissão para a Cooperação e Convergência Económica Este-Oeste na reunião da assembleia parlamentar da NATO, realizada

em Washington em 16 de Novembro.

Miranda Calha, recorde-se, é o presidente da Comissão Parlamentar de Defesa da Assembleia da República.

46 anos e tanto por fazer

No passado dia 10 de Dezembro completaram-se 46 anos sobre a aprovação da resolução 217A (III) - a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Fruto de um processo negociacional complexo, os princípios consagrados na Declaração têm vindo a ser incorporados progressivamente noutros documentos internacionais e da ordem interna dos países.

Mas muito continua por fazer. Assiste-se de há uns

anos a esta parte à utilização do discurso dos Direitos Humanos para encobrir práticas anti-Direitos Humanos, o que impõe dos cidadãos uma crescente atenção entre as palavras e os actos.

No nosso país abundam também muitas situações que ferem princípios consagrados na Declaração. Entre estas, está a situação de limitação dos Direitos de Cidadania dos Militares. Até quando?

46 Anos e tanto por fazer!

A cimeira dos 21 de Essen

A cimeira de Essen do Conselho Europeu terminou sem grandes novidades. Mitterrand está prestes a deixar as funções. Jacques Delors já deixou. Foi a cimeira das incertezas.

Incertezas que resultam de interesses divergentes entre os grandes da Europa, como o problema da Bósnia mostra à saciedade.

A cimeira de Essen iniciou com os 15 países membros da União Europeia (UE) e abriu as portas à presença dos 6 países da Europa Central e Oriental, com os quais já foram estabelecidos acordos de associação, que

terão como resultado final a respectiva adesão. Claro que muito acontecerá até que esta seja efectivada.

Por outro lado, o texto da cimeira afirma a intenção de concluir acordos de associação com os 3 estados bálticos e a Eslovénia, durante o 1.º semestre de 95, o que eleva para 10 os potenciais futuros membros da UE.

Muito terá de ser negociado e renegociado dado que o alargamento terá impactos económicos enormes para os actuais Estados Membros.

Essen passou. Venham factum.

1995 é o Ano da ONU

A ONU completa no ano que agora se inicia 50 anos. Criada no final da Segunda Guerra, teve como fundadores 50 países, dos quais Portugal não fez parte dada a posição do regime de Salazar.

Criada a ONU, esta começou a ser fortemente depreciada pelos responsáveis políticos portugueses da altura. Portugal, contudo, vê consumada a sua entrada na ONU 10 anos mais tarde, a pedido da NATO.

Nos dias de hoje, a ONU desmultiplica-se em acções de carácter diferenciado e nem sempre consensuais. Se em 1988 as despesas com operações de manutenção de paz rondaram os 364 milhões de dólares, em 1993 estas subiram para sensivelmente 4 milhões de dólares.

A questão do financiamento da Organização é, pois, uma questão sensível e crucial.

No quadro do 50.º Aniversário existe a intenção expressa de proceder a reformas. Uma das questões é a do alargamento do Conselho



PARTICIPAÇÕES DOS DOZE NAS MISSÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS

	Polícia civil	Tropas	Observ.mili.	Total
Bélgica	5	1989	17	2011
Dinamarca	44	1314	59	1417
França	63	8457	74	8594
Alemanha	4	1859	-	1863
Grécia *	-	101	7	108
Irlanda **	36	783	46	865
Itália *	12	3697	25	3743
Luxemburgo	-	35	-	35
Holanda	2	1077	67	1146
Portugal	35	293	12	340
Espanha	106	1189	46	1341
Reino Unido	307	2754	30	2784

Dados da ONU até Novembro de 1993 - * Os dois países não podem participar nas missões da ex-Jugoslávia; ** A Irlanda é neutral.

de Segurança. Perfilam-se nomes como o da Alemanha, Japão e Indonésia. Mas também há quem defenda que a União Europeia deveria ter assento no Conselho como União, o que inviabilizaria a pretensão alemã mas tornaria a política externa dos países que compõem a União de algum modo condicionada, sendo certo, todavia, que aquela perspectiva está contida de algum modo no Tratado de Maastricht, que será revisto em 1996.

Outro aspecto será o da ONU ter ou não forças militares próprias.

Seja como for, parece inevitável que reformas sejam adoptadas no ano que agora se inicia.

A imagem dos políticos

O programa da SIC «Terça à Noite», do dia 8 de Novembro, foi dedicado ao tema em epígrafe. Para o efeito foi convidado para debater o deputado do PSD Pacheco Pereira.

Não nos vamos debruçar na questão ou sobre como decorreu o debate. Simplesmente vamos dar enfoque à afirmação do deputado Pacheco Pereira, quando disse que não tinha sentido que o 1.º Ministro ou o Ministro das Finanças ganhassem menos que alguns Directores Gerais ou Gestores que lhes são subordinados.

É verdade! Estamos inteiramente de acordo que isso, a acontecer, é um absurdo.

Mas então como compreender que, fruto de um sistema retributi-

vo/escalões que não teve em conta a realidade, haja praças que ganham mais do que Sargentos? E Sargentos que ganham mais do que Oficiais? E Sargentos com menos tempo de posto que ganham mais do que outros com mais tempo?

Todas as instituições têm conhecimento desta situação - Provedor de Justiça, Procurador Geral da República, Grupos Parlamentares e Comissão de Defesa, Presidente da Assembleia da República, Presidência da República. O que é que falta para que isto seja resolvido?

Falta uma coisa que se chama vontade política. E a pergunta impõe-se: Será que o critério do deputado Pacheco Pereira é só para alguns?

